



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657

PROJETOS PEDAGÓGICOS: REFLEXÕES A PARTIR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

MAYARA SANTOS OLIVEIRA

MARIA DA CONCEIÇÃO VASCONCELOS GONÇALVES

LIVIA ROBERTA SILVA TELES COSTA

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

RESUMO

O artigo apresenta uma reflexão sobre Projeto Pedagógico a partir de alguns resultados parciais da pesquisa vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe (UFS) que analisa o estágio curricular nos cursos presenciais públicos de Serviço Social. No tocante a metodologia, a pesquisa é do tipo exploratória, faz uso da análise de documentos e da pesquisa bibliográfica. Foram localizados dezesseis cursos presenciais públicos e constituída amostra com dez. Observa-se que as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Serviço Social estão norteando os projetos pedagógicos.

PALAVRAS CHAVES: Projeto Pedagógico. Ensino Superior. Serviço Social

ABSTRACT:

The article presents a reflection on pedagogical project from some partial results of the research linked to the Institutional Scholarship Program for Scientific Initiation of the Federal University of Sergipe (UFS) that analyzes the traineeship public face nos cursos of Social Work. In terms of methodology, the research is exploratory type, makes use of document analysis and literature. Were located sixteen public classroom courses and study sample included December It is observed that the national curriculum guidelines for the social work courses are guiding the educational projects.

KEYWORDS: Education Programme. Higher Education. Social Service.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste na apresentação dos resultados parciais da pesquisa vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que tem como objeto de estudo a análise do estágio a partir do Projeto Pedagógico dos cursos presenciais públicos de Serviço Social. Faz parte da proposta de pesquisa identificar os cursos presenciais de Serviço Social no âmbito das instituições de ensino superior (IES) públicas do nordeste; detectar dados da estrutura dos diferentes projetos pedagógicos desenvolvidos pelas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) e compreender o seu significado.

A temática apresentada nesse artigo sinaliza aspectos importantes para refletir sobre os projetos pedagógicos do curso de Serviço Social que embasam o processo de formação profissional das universidades públicas nos cursos presenciais bem como possibilita compreender a estrutura destes, suscitando questionamentos que merecem ser aprofundados mediante outras pesquisas.

A pesquisa vem sendo realizada desde agosto de 2014, mas é uma continuidade do projeto anterior “PIBIC 2013/2014”. Nesse primeiro momento foi priorizada a pesquisa bibliográfica para uma aproximação com a temática e a pesquisa nos sites das universidades públicas do nordeste objetivando um levantamento preliminar da documentação relativa os projetos pedagógicos. Através de alguns artigos detectados na pesquisa bibliográfica foi possível uma melhor

compreensão do tema.

Para tanto, foi elaborado um resgate dos textos abordando o processo de elaboração dos projetos pedagógicos indicando como influencia na organização do ensino em cada instituição. Eles não podem ser imaginados como uma imposição, mas como uma construção cujo desígnio educacional está baseado nos princípios essenciais do trabalho coletivo, democrático, e com visão de totalidade.

O artigo está dividido em duas partes, além do resumo e desta introdução. A primeira trata de uma reflexão inicial sobre Projetos Pedagógicos a partir do acesso a alguns textos da literatura sobre o tema. A segunda parte aborda alguns dados da pesquisa obtidos com a análise dos projetos pedagógicos das instituições que compõem a amostra. E, por último, são apresentadas as considerações finais.

1. PROJETOS PEDAGÓGICOS: REFLEXÕES INICIAIS

Compreender o significado de projeto pedagógico é de suma relevância para nossa pesquisa, pois é através dele que as fundamentações teóricas, ou seja, as bases que direcionam um curso, e em especial o estágio, são traçadas. Esses aspectos facilitam a compreensão da nossa temática.

Antes de falar sobre Projeto Político Pedagógico é importante entender o que é um projeto. Com base em Longhi e Bento (2006), projeto é tudo aquilo que tem como finalidade realizar algo, ato de designar alguma coisa. Nessa perspectiva, chama-se atenção para o agir teleologicamente que difere o trabalho do homem das atividades desenvolvidas pelos animais. Em outros termos,

Trabalho animal e trabalho humano, embora tenham semelhanças, possuem diferenças essenciais: aquele é instintivo, programado no interior das células, inato, não aprendido e possui energia para ser liberada quando o animal for estimulado; o trabalho humano é consciente, pois o ser humano é único ser vivo capaz de prever seu trabalho, planejar, antever a ação, projetar o desejo a ser realizado. (MINGUILI; DAIBEM, 2008, p.2).

Para Minguili e Daibem (2008) o animal é um ser irracional e não tem inteligência, ele é adestrado e possui instinto sexual e instinto de sobrevivência, já o homem é um ser humano racional, logo possui inteligência, que através das informações desenvolve o aprendizado, o qual tem livre arbítrio para agir, pensar, projetar o que quiser. Dessa forma, o homem é o único ser capaz de projetar ações futuras, a fim de que essas sejam realizadas, no processo constante de construção e movimento da realidade.

Explica Longhi e Bento (2006, p.173) que:

O Projeto Político Pedagógico é, portanto, um documento que facilita e organiza as atividades, sendo mediador de decisões, da condução das ações e da análise dos resultados e impactos. Ainda se constitui num retrato da memória histórica construída, num registro que permite à escola rever a sua intencionalidade e sua história.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) de um curso é um documento que imprime uma direção com especificidades e singularidades, apresentando de forma clara o funcionamento do curso, determinando suas prioridades, sua inserção no contexto social, econômico e acadêmico do país. É a partir dele que são estabelecidas as metas e estratégias concretas para assegurar a realização de seus objetivos perante a sociedade na qual o curso está inserido. O Projeto Político Pedagógico de um curso é um documento que imprime uma direção com especificidades.

Segundo Longhi e Bento (2006, p. 174)

Para o Projeto Político Pedagógico realmente ser um direito e um dever, todos os envolvidos nesse processo precisam estar cientes de que fazem parte dele, acreditando na sua importância, para não ser somente um documento, e sim ser utilizado como norteador para um trabalho pedagógico desenvolvido coerentemente entre teoria e prática.

Na construção do Projeto Político-Pedagógico não existe uma hierarquia, pois a instituição não é somente um espaço de conhecimento e sim um espaço de discussão e análise de ideologias, opiniões diferentes sempre com o foco em construir uma proposta que beneficie a comunidade em forma de totalidade e não enxergando apenas as particularidades.

Segundo Longhi e Bento (2006, p.174)

Essa construção será possível por meio das discussões e reuniões que envolvem toda comunidade escolar, ou seja, entre equipe administrativa, financeira e pedagógica, alunos, familiares e comunidade, focando sempre a melhoria da prática educativa e transformando ideias em concepções em movimentos de ações importantes e fundamentais para o processo de construção.

A literatura analisada enfatiza que é importante cada unidade de ensino formular seu projeto pedagógico de acordo com suas necessidades, contextos culturais e sociais. Apesar de existir a autonomia de cada instituição para a elaboração do seu projeto, é exigido que sejam observadas as Diretrizes Nacionais Curriculares direcionadas para o curso. É a partir dele que as instituições norteiam o ensino, as atividades de pesquisa e extensão, para um aprimoramento da formação profissional.

Reafirma-se a concepção de que ele tem que ser construído de forma coletiva com participação ativa da comunidade, pois é importante analisar o ponto de vista, as ideias que cada integrante tem a acrescentar e assim elaborar um projeto que beneficie a todos.

Além disso, a omissão do termo político pode ser mais um fator de distorção, por induzir ao engano de restringir o projeto a uma tarefa técnica, da qual somente especialistas profissionais da área, poderiam participar na elaboração, deixando, portanto, de fora, segmentos importantes como os alunos e comunidade. Ser político significa tomar posição nos conflitos presentes na polis; significa, sobretudo, a busca do bem comum. (VASCONCELOS, 2004, p.20).

Apesar de está preconizado na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 de que a sociedade brasileira tenha que participar da elaboração do projeto pedagógico nem sempre isso acontece, pois de um lado, algumas instituições de ensino de natureza autoritária, não permitem e, por outro lado, há comunidades que não têm o hábito de participar desses espaços sejam por motivos culturais ou sociais.

Em relação aos cursos de Serviço Social é de conhecimento de todos que congregam a profissão que, as diretrizes curriculares, aprovadas, em 1996, no âmbito da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, na época denominada Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS, foram construídas de forma coletiva e participativa.

A análise de textos relacionados aos processos de elaboração de revisão curricular dos cursos de Serviço Social mostra que a elaboração da proposta pedagógica, que culminou nos currículos de 1982 e 1996, envolveu docentes, discentes e profissionais num processo coletivo desencadeado pela entidade citada acima responsável em articular nacionalmente a formação profissional do assistente social. Nesse sentido, cita-se como exemplo o documento “Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social” (1997, p.58) da ABESS/CEDEPSS, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996, que relata a realização de “aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais, nas 67 unidades acadêmicas filiadas à ABESS, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e 2 (duas) nacionais”. Com esse breve resgate pretende-se situar a construção coletiva do projeto ético-político no âmbito do Serviço Social, a partir da década de 1980, com a participação ativa das organizações[1] representativas dos profissionais, dos docentes e discentes, priorizando a teoria social de Marx. Esses processos coletivos de revisão curricular da formação profissional do assistente social foram essenciais para transformar a base teórica de fundamentação da formação. O currículo de 1982 é considerado pelos estudiosos da temática como sendo o currículo de ruptura com as bases teóricas alicerçadas quer na doutrina social da igreja quer na linha de pensamento do positivismo.

Convém salientar que, paralelo a esse processo coletivo ocorrido no âmbito do Serviço Social, a sociedade brasileira vivenciava as lutas e movimentos da sociedade organizada, em prol da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases. A LDB 9394/96 deixa evidenciado a importância das diretrizes curriculares para nortear os projetos pedagógicos de todo e qualquer curso independente de estar vinculado a educação infantil, básica e/ou superior.

1. DADOS DA PESQUISA

A pesquisa é constituída por um universo de 16 cursos presenciais localizados em instituições públicas do nordeste e por uma amostra formada com 10 (dez), são eles: Universidade Federal de Alagoas (A.C.Simões) – UFAL; Universidade Federal de Alagoas (Palmeira dos Índios) - UFAL; Universidade Federal do Recôncavo Baiano –UFRB; Universidade Federal de Sergipe- UFS; Universidade Federal do Piauí- UFPI; Universidade Estadual do Ceará-UEC; Universidade Federal da Paraíba-UFPB; Universidade Federal do Maranhão-UFMA; Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN; Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN.

Os dados relacionados aos dez (10) cursos correspondem a 62,5% do nosso universo. É importante ressaltar que previamente foi elaborado pela equipe da pesquisa um roteiro a fim de nortear a análise dos projetos pedagógicos do

curso de Serviço social no qual foram analisados no relatório apenas cinco itens. São eles: 1) Introdução, justificativa, apresentação, surgimento e sigla; 2) Dados de identificação; 3) Habilidades e competências; 4) Objetivos, e 5) Base legal. No entanto, nesse artigo, serão apresentados alguns dados.

A análise dos Projetos Pedagógicos das dez instituições possibilitou identificar a estrutura do curso e em especial, do estágio curricular. Observou-se que cada projeto tem sua estrutura específica, não há um padrão definido, porém constata-se que todos os projetos estão de acordo com as Diretrizes Nacionais Curriculares definidas para o curso de Serviço Social.

Em relação ao item “referência introdução, justificativa, apresentação, dados do surgimento do curso e siglas” vimos que estavam disponíveis nos projetos pedagógicos das universidades. Enfatiza-se que, em alguns projetos, há o item “introdução”, em outra “apresentação”, ou seja, há autonomia para estruturar o projeto pedagógico, não há rigidez quanto à forma. A maioria dos projetos pedagógicos inicia com a apresentação da história do curso de Serviço Social em articulação com o processo histórico da Universidade onde está inserido. Desta forma, é perceptível a existência da maioria dos cursos antes da criação das universidades. Destaca-se o curso da Universidade Federal de Alagoas-Campus de Palmeira dos Índios que foi criado como resultado da política de interiorização dos cursos.

Outro elemento que merece atenção diz respeito ao sentido de coletividade no processo de construção dos projetos pedagógicos, ressaltado nos documentos analisados.

O segundo item da análise abordou a identificação dos cursos e sua vinculação administrativa, ou seja, em quais centros encontram-se localizados. No que tange aos projetos pedagógicos analisados, foi possível identificar essa informação em todos. Entretanto, constata-se que não existe uma homogeneidade, ou seja, não coincide com os mesmos centros. A maioria dos cursos está vinculado aos Centros de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas/humanidades, totalizando um percentual de 80% da amostra da pesquisa. Enquanto os outros 20% são identificados em Faculdades de Serviço Social, é o caso da Universidade Federal de Alagoas- UFAL (Campus A. C. Simões) e a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte-UERN.

O terceiro item abordou os elementos referentes às habilidades e competências. De acordo com as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social, Resolução nº 15, de 13 de março de 2002,

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.:

Art. 2º O projeto pedagógico de formação profissional a ser oferecida pelo curso de Serviço Social deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) a organização do curso;
- d) os conteúdos curriculares;
- e) o formato do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão do Curso;
- f) as atividades complementares previstas.

Dentre as habilidade e competências mencionadas ao longo dos projetos pedagógicos chama-se atenção para “utilização dos recursos da informática” presente do PPP do curso da UFAL- Palmeira dos Índios.

Em relação à base legal de cada curso foram identificados pareceres, resoluções, decretos referentes a cada instituição de ensino.

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresenta o processo de construção da pesquisa trazendo elementos de fundamentação teórica e a sistematização dos dados obtidos na primeira fase da análise.

A base teórica utilizada nos ajudou a entender a estrutura de como é constituído um Projeto Político Pedagógico dos cursos de Serviço Social no nordeste, mostrando a importância de que cada unidade de ensino formule seu projeto pedagógico de acordo com suas necessidades, contextos culturais e sociais.

O artigo mostra alguns aspectos de dificuldades devido à obtenção de fontes abordando o projeto político – pedagógico no âmbito do ensino superior, pois a maior parte dos textos que aborda projetos pedagógicos faz referência à esfera do ensino de educação básica, fundamental e médio.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS, "Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social" in **Cadernos ABESS**, nº 7. São Paulo, Cortez. 1997.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 21 abril, 2015.

BENTO, Karla Lucia. LONGHI, Simone Raquel Pagel. Projeto Político Pedagógico Uma Construção Coletiva. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, Vol. 3 n. 9 - jul.- dez. 2006.

_____. **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes_cursos.pdf >. Acesso em 20 de abril de 2015.

_____. MEC. **Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 18 de abril de 2015.

MINGUILI, M.G.; DAIBEM A.M.L. Projeto pedagógico e projeto de ensino: um trabalho com os elementos constitutivos da prática pedagógica. IN: PINHO, S.Z. (Coord): **Oficinas de estudos pedagógicos: reflexões sobre a prática do ensino superior**. São Paulo: Cultura Acadêmica/UNESP-PRG, 2008.

VASCONCELOS, C. dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do Projeto Político – Pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 5.ed. São Paulo: Libertad, 2004 (Subsídios pedagógicos do Libertad).

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste na apresentação dos resultados parciais da pesquisa vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que tem como objeto de estudo a análise do estágio a partir do Projeto Pedagógico dos cursos presenciais públicos de Serviço Social. Faz parte da proposta de pesquisa identificar os cursos presenciais de Serviço Social no âmbito das instituições de ensino superior (IES) públicas do nordeste; detectar dados da estrutura dos diferentes projetos pedagógicos desenvolvidos pelas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) e compreender o seu significado.

A temática apresentada nesse artigo sinaliza aspectos importantes para refletir sobre os projetos pedagógicos do curso de Serviço Social que embasam o processo de formação profissional das universidades públicas nos cursos presenciais bem como possibilita compreender a estrutura destes, suscitando questionamentos que merecem ser aprofundados mediante outras pesquisas.

A pesquisa vem sendo realizada desde agosto de 2014, mas é uma continuidade do projeto anterior "PIBIC 2013/2014". Nesse primeiro momento foi priorizada a pesquisa bibliográfica para uma aproximação com a temática e a pesquisa nos sites das universidades públicas do nordeste objetivando um levantamento preliminar da documentação relativa os projetos pedagógicos. Através de alguns artigos detectados na pesquisa bibliográfica foi possível uma melhor compreensão do tema.

Para tanto, foi elaborado um resgate dos textos abordando o processo de elaboração dos projetos pedagógicos indicando como influencia na organização do ensino em cada instituição. Eles não podem ser imaginados como uma imposição, mas como uma construção cujo desígnio educacional está baseado nos princípios essenciais do trabalho coletivo, democrático, e com visão de totalidade.

O artigo está dividido em duas partes, além do resumo e desta introdução. A primeira trata de uma reflexão inicial sobre Projetos Pedagógicos a partir do acesso a alguns textos da literatura sobre o tema. A segunda parte aborda alguns dados da pesquisa obtidos com a análise dos projetos pedagógicos das instituições que compõem a amostra. E, por último, são apresentadas as considerações finais.

1. PROJETOS PEDAGÓGICOS: REFLEXÕES INICIAIS

Compreender o significado de projeto pedagógico é de suma relevância para nossa pesquisa, pois é através dele que as fundamentações teóricas, ou seja, as bases que direcionam um curso, e em especial o estágio, são traçadas. Esses aspectos facilitam a compreensão da nossa temática.

Antes de falar sobre Projeto Político Pedagógico é importante entender o que é um projeto. Com base em Longhi e Bento (2006), projeto é tudo aquilo que tem como finalidade realizar algo, ato de designar alguma coisa. Nessa perspectiva, chama-se atenção para o agir teleologicamente que difere o trabalho do homem das atividades desenvolvidas pelos animais. Em outros termos,

Trabalho animal e trabalho humano, embora tenham semelhanças, possuem diferenças essenciais: aquele é instintivo, programado no interior das células, inato, não aprendido e possui energia para ser liberada quando o animal for estimulado; o trabalho humano é consciente, pois o ser humano é único ser vivo capaz de prever seu trabalho, planejar, antever a ação, projetar o desejo a ser realizado. (MINGUILLI; DAIBEM, 2008, p.2).

Para Minguilli e Daibem (2008) o animal é um ser irracional e não tem inteligência, ele é adestrado e possui instinto sexual e instinto de sobrevivência, já o homem é um ser humano racional, logo possui inteligência, que através das informações desenvolve o aprendizado, o qual tem livre arbítrio para agir, pensar, projetar o que quiser. Dessa forma, o homem é o único ser capaz de projetar ações futuras, a fim de que essas sejam realizadas, no processo constante de construção e movimento da realidade.

Explica Longhi e Bento (2006, p.173) que:

O Projeto Político Pedagógico é, portanto, um documento que facilita e organiza as atividades, sendo mediador de decisões, da condução das ações e da análise dos resultados e impactos. Ainda se constitui num retrato da memória histórica construída, num registro que permite à escola rever a sua intencionalidade e sua história.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) de um curso é um documento que imprime uma direção com especificidades e singularidades, apresentando de forma clara o funcionamento do curso, determinando suas prioridades, sua inserção no contexto social, econômico e acadêmico do país. É a partir dele que são estabelecidas as metas e estratégias concretas para assegurar a realização de seus objetivos perante a sociedade na qual o curso está inserido. O Projeto Político Pedagógico de um curso é um documento que imprime uma direção com especificidades.

Segundo Longhi e Bento (2006, p. 174)

Para o Projeto Político Pedagógico realmente ser um direito e um dever, todos os envolvidos nesse processo precisam estar cientes de que fazem parte dele, acreditando na sua importância, para não ser somente um documento, e sim ser utilizado como norteador para um trabalho pedagógico desenvolvido coerentemente entre teoria e prática.

Na construção do Projeto Político-Pedagógico não existe uma hierarquia, pois a instituição não é somente um espaço de conhecimento e sim um espaço de discussão e análise de ideologias, opiniões diferentes sempre com o foco em construir uma proposta que beneficie a comunidade em forma de totalidade e não enxergando apenas as particularidades.

Segundo Longhi e Bento (2006, p.174)

Essa construção será possível por meio das discussões e reuniões que envolvem toda comunidade escolar, ou seja, entre equipe administrativa, financeira e pedagógica, alunos, familiares e comunidade, focando sempre a melhoria da prática educativa e transformando ideias em concepções em movimentos de ações importantes e fundamentais para o processo de construção.

A literatura analisada enfatiza que é importante cada unidade de ensino formular seu projeto pedagógico de acordo com suas necessidades, contextos culturais e sociais. Apesar de existir a autonomia de cada instituição para a elaboração do seu projeto, é exigido que sejam observadas as Diretrizes Nacionais Curriculares direcionadas para o curso. É a partir dele que as instituições norteiam o ensino, as atividades de pesquisa e extensão, para um aprimoramento da formação profissional.

Reafirma-se a concepção de que ele tem que ser construído de forma coletiva com participação ativa da comunidade,

pois é importante analisar o ponto de vista, as ideias que cada integrante tem a acrescentar e assim elaborar um projeto que beneficie a todos.

Além disso, a omissão do termo político pode ser mais um fator de distorção, por induzir ao engano de restringir o projeto a uma tarefa técnica, da qual somente especialistas profissionais da área, poderiam participar na elaboração, deixando, portanto, de fora, segmentos importantes como os alunos e comunidade. Ser político significa tomar posição nos conflitos presentes na polis; significa, sobretudo, a busca do bem comum. (VASCONCELOS, 2004, p.20).

Apesar de está preconizado na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 de que a sociedade brasileira tenha que participar da elaboração do projeto pedagógico nem sempre isso acontece, pois de um lado, algumas instituições de ensino de natureza autoritária, não permitem e, por outro lado, há comunidades que não têm o hábito de participar desses espaços sejam por motivos culturais ou sociais.

Em relação aos cursos de Serviço Social é de conhecimento de todos que congregam a profissão que, as diretrizes curriculares, aprovadas, em 1996, no âmbito da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, na época denominada Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS, foram construídas de forma coletiva e participativa.

A análise de textos relacionados aos processos de elaboração de revisão curricular dos cursos de Serviço Social mostra que a elaboração da proposta pedagógica, que culminou nos currículos de 1982 e 1996, envolve docentes, discentes e profissionais num processo coletivo desencadeado pela entidade citada acima responsável em articular nacionalmente a formação profissional do assistente social. Nesse sentido, cita-se como exemplo o documento “Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social” (1997, p.58) da ABESS/CEDEPSS, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996, que relata a realização de “aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais, nas 67 unidades acadêmicas filiadas à ABESS, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e 2 (duas) nacionais”. Com esse breve resgate pretende-se situar a construção coletiva do projeto ético-político no âmbito do Serviço Social, a partir da década de 1980, com a participação ativa das organizações[1] representativas dos profissionais, dos docentes e discentes, priorizando a teoria social de Marx. Esses processos coletivos de revisão curricular da formação profissional do assistente social foram essenciais para transformar a base teórica de fundamentação da formação. O currículo de 1982 é considerado pelos estudiosos da temática como sendo o currículo de ruptura com as bases teóricas alicerçadas quer na doutrina social da igreja quer na linha de pensamento do positivismo.

Convém salientar que, paralelo a esse processo coletivo ocorrido no âmbito do Serviço Social, a sociedade brasileira vivenciava as lutas e movimentos da sociedade organizada, em prol da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases. A LDB 9394/96 deixa evidenciado a importância das diretrizes curriculares para nortear os projetos pedagógicos de todo e qualquer curso independente de estar vinculado a educação infantil, básica e/ou superior.

1. DADOS DA PESQUISA

A pesquisa é constituída por um universo de 16 cursos presenciais localizados em instituições públicas do nordeste e por uma amostra formada com 10 (dez), são eles: Universidade Federal de Alagoas (A.C.Simões) – UFAL; Universidade Federal de Alagoas (Palmeira dos Índios) - UFAL; Universidade Federal do Recôncavo Baiano –UFRB; Universidade Federal de Sergipe- UFS; Universidade Federal do Piauí- UFPI; Universidade Estadual do Ceará-UEC; Universidade Federal da Paraíba-UFPB; Universidade Federal do Maranhão-UFMA; Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN; Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN.

Os dados relacionados aos dez (10) cursos correspondem a 62,5% do nosso universo. É importante ressaltar que previamente foi elaborado pela equipe da pesquisa um roteiro a fim de nortear a análise dos projetos pedagógicos do curso de Serviço social no qual foram analisados no relatório apenas cinco itens. São eles: 1) Introdução, justificativa, apresentação, surgimento e sigla; 2) Dados de identificação; 3) Habilidades e competências; 4) Objetivos, e 5) Base legal. No entanto, nesse artigo, serão apresentados alguns dados.

A análise dos Projetos Pedagógicos das dez instituições possibilitou identificar a estrutura do curso e em especial, do estágio curricular. Observou-se que cada projeto tem sua estrutura específica, não há um padrão definido, porém constata-se que todos os projetos estão de acordo com as Diretrizes Nacionais Curriculares definidas para o curso de Serviço Social.

Em relação ao item “referência introdução, justificativa, apresentação, dados do surgimento do curso e siglas” vimos que estavam disponíveis nos projetos pedagógicos das universidades. Enfatiza-se que, em alguns projetos, há o item “introdução”, em outra “apresentação”, ou seja, há autonomia para estruturar o projeto pedagógico, não há rigidez

quanto à forma. A maioria dos projetos pedagógicos inicia com a apresentação da história do curso de Serviço Social em articulação com o processo histórico da Universidade onde está inserido. Desta forma, é perceptível a existência da maioria dos cursos antes da criação das universidades. Destaca-se o curso da Universidade Federal de Alagoas-Campus de Palmeira dos Índios que foi criado como resultado da política de interiorização dos cursos.

Outro elemento que merece atenção diz respeito ao sentido de coletividade no processo de construção dos projetos pedagógicos, ressaltado nos documentos analisados.

O segundo item da análise abordou a identificação dos cursos e sua vinculação administrativa, ou seja, em quais centros encontram-se localizados. No que tange aos projetos pedagógicos analisados, foi possível identificar essa informação em todos. Entretanto, constata-se que não existe uma homogeneidade, ou seja, não coincide com os mesmos centros. A maioria dos cursos está vinculado aos Centros de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas/humanidades, totalizando um percentual de 80% da amostra da pesquisa. Enquanto os outros 20% são identificados em Faculdades de Serviço Social, é o caso da Universidade Federal de Alagoas- UFAL (Campus A. C. Simões) e a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte-UERN.

O terceiro item abordou os elementos referentes às habilidades e competências. De acordo com as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social, Resolução nº 15, de 13 de março de 2002,

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.:

Art. 2º O projeto pedagógico de formação profissional a ser oferecida pelo curso de Serviço Social deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) a organização do curso;
- d) os conteúdos curriculares;
- e) o formato do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão do Curso;
- f) as atividades complementares previstas.

Dentre as habilidade e competências mencionadas ao longo dos projetos pedagógicos chama-se atenção para “utilização dos recursos da informática” presente do PPP do curso da UFAL- Palmeira dos Índios.

Em relação à base legal de cada curso foram identificados pareceres, resoluções, decretos referentes a cada instituição de ensino.

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresenta o processo de construção da pesquisa trazendo elementos de fundamentação teórica e a sistematização dos dados obtidos na primeira fase da análise.

A base teórica utilizada nos ajudou a entender a estrutura de como é constituído um Projeto Político Pedagógico dos cursos de Serviço Social no nordeste, mostrando a importância de que cada unidade de ensino formule seu projeto pedagógico de acordo com suas necessidades, contextos culturais e sociais.

O artigo mostra alguns aspectos de dificuldades devido à obtenção de fontes abordando o projeto político – pedagógico no âmbito do ensino superior, pois a maior parte dos textos que aborda projetos pedagógicos faz referência à esfera do ensino de educação básica, fundamental e médio.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS, “Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social” in **Cadernos ABESS**, nº 7. São Paulo, Cortez. 1997.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 21 abril, 2015.

BENTO, Karla Lucia. LONGHI, Simone Raquel Pagel. Projeto Político Pedagógico Uma Construção Coletiva. **Revista**

de divulgação técnico-científica do ICPG, Vol. 3 n. 9 - jul.- dez. 2006.

_____. **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes_cursos.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2015.

_____. MEC. **Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 18 de abril de 2015.

MINGUILI, M.G.; DAIBEM A.M.L. Projeto pedagógico e projeto de ensino: um trabalho com os elementos constitutivos da prática pedagógica. IN: PINHO, S.Z. (Coord): **Oficinas de estudos pedagógicos: reflexões sobre a prática do ensino superior**. São Paulo: Cultura Acadêmica/UNESP-PRG, 2008.

VASCONCELOS, C. dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do Projeto Político – Pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 5.ed. São Paulo: Libertad, 2004 (Subsídios pedagógicos do Libertad).

[1] O conjunto CFESS / CRESS (Conselho Federal e os Regionais do Serviço Social) representando todos os profissionais de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) representando os docentes das diferentes Unidades de Formação Acadêmica (UFA's) e o movimento estudantil através da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Lívia Roberta Silva Teles Costa [i]

Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves [ii]

Mayara Santos Oliveira [iii]

[i] Graduada do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Egressa do Programa de Educação Tutorial – PET – inserção na pesquisa em 2013. Telefone: (79) 9807-8140. liviaroberta_tell@yahoo.com.br. Membro do grupo de pesquisa “Serviço Social, Políticas Públicas e Movimentos Sociais”.

[ii] Assistente Social, Professora vinculada ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Telefone: (79) 8842-1013. Email: licavasconcelos@gmail.com. Membro do grupo de pesquisa “Serviço Social, Políticas Públicas e Movimentos Sociais”.

[iii] Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Aluna do curso DSS/UFS, bolsista CNPQ. Telefone: (79) 9942-9068. Email: mayara.sanoli@yahoo.com.br. Membro do grupo de pesquisa “Serviço Social, Políticas Públicas e Movimentos Sociais”.

Recebido em: 29/04/2015

Aprovado em: 09/05/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN: 1982-3657

Doi: